

# Técnica garante controle da dor em tratamento de canal

**Testes feitos no Cecom mostram que anestesia intraóssea foi eficaz em 96,8% dos pacientes**

RAQUEL DO CARMO SANTOS  
kel@unicamp.br

O tratamento dentário de canal ou endodôntico não precisa mais ser tão doloroso quando há uma inflamação no dente. Uma pesquisa realizada no Centro de Saúde da Comunidade (Cecom) da Unicamp testou a técnica intraóssea em 60 pacientes com inflamação pulpar em molares inferiores, que são os dentes mais difíceis de serem anestesiados. Utilizar a técnica anestésica intraóssea garantiu o controle total de dor em 96,8% dos pacientes. Ou seja, propiciou um tratamento livre do incômodo das dores tão temidas pelos pacientes, uma vez que as técnicas tradicionais alcançam, apenas, em torno de 60% de eficácia.

Os testes foram feitos pelo endodontista Leandro Augusto Pinto Pereira, como parte de sua dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP). Pereira já utilizava a técnica há muitos anos em seu consultório com resultados positivos e quis levar para o crivo científico a alternativa de tratamento. Segundo ele, a ideia é divulgar o procedimento no Brasil, pois é pouco conhecido entre os profissionais da área, mesmo tendo sido criado em 1932. “Os profissionais não conhecem a técnica, e entre



O endodontista Leandro Augusto Pinto Pereira, autor da dissertação, durante tratamento de canal: perfuração é feita no osso adjacente ao dente a ser tratado

aqueles que a conhecem, existe a ideia de que o procedimento é mais invasivo do que o método tradicional de se injetar o medicamento no tecido mole do local a ser tratado”, explica Pereira, que contou com a orientação do professor José Ranali. A técnica consiste em realizar uma pequena perfuração – do calibre de uma agulha – no osso adjacente ao dente a ser tratado. Para isso, inicialmente é realizada uma anestesia no local e, na sequência, após realizar a perfuração, injeta-se a solução anestésica próxima às raízes

do dente inflamado. Uma conduta comum adotada em consultórios odontológicos para o tratamento endodôntico é a prescrição de antibiótico e/ou anti-inflamatórios prévios ao tratamento para “desinflamar” o dente e, então, proceder ao tratamento do canal. Para Pereira, esta forma de se tratar o canal deve mudar. “Não existe nenhum suporte científico que mostre uma melhor eficácia anestésica com a administração prévia de antibióticos para minimizar a dor durante o procedimento. Pelo contrário, na presença da chamada

dor de dente, a intervenção clínica é primordial e deve ser feita de forma imediata. A administração de medicamentos, quando necessária, deve ser coadjuvante no controle da dor pós-operatória”, explica.

O endodontista alerta que a técnica não é recomendada para pacientes que possuem algum tipo de problema cardiovascular, uma vez que pode resultar em aumento da frequência cardíaca. Esta seria uma segunda escolha para a anestesia em pacientes cardiopatas. No entanto, na pesquisa a injeção lenta

da solução anestésica, associada ao pequeno volume necessário para anestesia, não levou a nenhum efeito cardiovascular indesejável.

#### Publicação

Tese “Eficácia anestésica e efeitos cardiovasculares das soluções de articaína 4% com epinefrina 1:100.000 ou 1:200.000 administradas pela técnica intraóssea para o tratamento endodôntico de molares inferiores com pulpite irreversível sintomática”  
Autor: Leandro Augusto Pinto Pereira  
Orientador: José Ranali  
Unidade: Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP)  
Financiamento: Funcamp

## Projeto revê políticas públicas para adolescentes

JEVERSON BARBIERI  
jeverson@unicamp.br

Projeto desenvolvido na Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), em Limeira (SP), pretende ampliar as discussões em relação às políticas públicas de saúde voltadas para o público adolescente. Coordenado pela psicóloga Marta Fuentes-Rojas, docente da área de Saúde Coletiva nos cursos de Ciências do Esporte e Nutrição, o trabalho foi dividido em três fases. A primeira, que se encontra em sua etapa final, consiste de um levantamento da produção científica em revistas especializadas na área de saúde pública.

Para tanto, a professora contou com o apoio de quatro bolsistas-trabalho para a busca na base de dados Scielo e nos sites das próprias revistas. Foram pesquisadas 15 revistas de saúde pública, no período de 1994 até 2009. Foram encontrados 8.961 artigos, dos quais 613 tinham relação direta com a adolescência. Isso significa, proporcionalmente, uma média entre 7% e 8% da produção. “Escolhi esse período porque, justamente em 1995, o Ministério da Saúde (MS) se propôs a investir em projetos relacionados com o adolescente, mesmo que desde 1990, as necessidades de saúde dos adolescentes fossem legalmente reconhecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS)”, revelou Fuentes-Rojas. Até aqui, o projeto teve apoio financeiro do Fundo de Apoio ao Ensino,



A psicóloga Marta Fuentes-Rojas, coordenadora do projeto: em busca de uma nova abordagem

à Pesquisa e Extensão (Faepex). A docente explicou que esse projeto foi elaborado primeiramente como pré-requisito para o concurso promovido pela Unicamp, que culminou com sua contratação. Inicialmente, pensou em trabalhar as discussões dos programas com os adolescentes, partindo do pressuposto de que os programas oferecidos a eles às vezes não dão certo porque os verdadeiros interessados não foram consultados. Na busca que ela realizou com seus alunos percebeu que era necessário conhecer o que os estudos dizem sobre o adolescente e qual é o interesse dos

pesquisadores sobre esta faixa etária. “A importância de se fazer um levantamento para conhecer a produção científica está baseada no que falam os acadêmicos sobre as políticas públicas de saúde do adolescente e qual é o interesse dos temas discutidos nos diferentes estudos”, disse.

Aos poucos, Fuentes-Rojas foi percebendo que, se os estudos pouco se interessam por discutir com o adolescente a questão das políticas públicas, como foi identificado na produção (4,9%), nesta pesquisa são tratados assuntos como atenção integral, avaliação dos serviços, capacitação dos

profissionais, eficácia dos programas, saúde e prevenção nas escolas, entre outras. Isto suscitou uma nova abordagem sobre o conhecimento por parte dos jovens acerca das políticas públicas de saúde, com o pressuposto de que a pouca adesão desse público se deve a falta de conhecimento sobre as políticas e compreensão do sentido dos programas que lhe são oferecidos. Portanto, de alguma forma isso o impede de se interessar pela participação ou manutenção nos programas.

A partir daí foi elaborada a segunda etapa da pesquisa, na qual, através de questionário previamente definido, será perguntado ao adolescente o que ele entende por política pública de saúde e quais programas ele já participa ou participou. “Esta parte do projeto está no Comitê de Ética da Unicamp, aguardando a liberação”, disse a docente. Após essa liberação, Fuentes-Rojas – que também manteve contato com a secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Limeira –, aplicará um questionário junto aos estudantes da rede estadual de ensino daquele município. “Nós já fizemos uma avaliação com um grupo de adolescentes, para que eles nos digam se realmente entendem as perguntas que estão contidas ali”, disse.

Já para a terceira etapa, os adolescentes reconhecidos como participantes de programas de saúde irão atuar nos grupos de discussão. O intuito é avaliar qual o impacto desses programas em suas vidas e, também, qual o significado de suas participações. A professora disse ainda que,

a partir desse projeto, outros fatos novos estão se agregando. Com relação à produção científica, é fundamental saber qual o interesse dos pesquisadores sobre o assunto e se os adolescentes fazem parte desta discussão. O que se encontrou nos artigos foi que não se discute com eles questões de saúde, mas se discutem ações para serem trabalhadas com eles. “Os acadêmicos discutem mais sobre os serviços prestados para o público adolescente, do que propriamente se os programas são adequados a essa faixa etária”, acrescentou.

Em 15 anos de produção científica, de acordo com a docente, fica claro que em grande parte os programas estão apoiados na ideia de que a adolescência é uma idade de risco, e muitos deles se focalizam em reintegração e ressocialização social, uso do tempo livre, entre outros, com o intuito de protegê-los das drogas e da violência. No entanto, dentro dos temas mais referenciados, encontra-se grande interesse dos pesquisadores na sexualidade focada na gravidez e nas doenças sexualmente transmissíveis e HIV. Assim como na violência relacionada com fatores de abuso, maus tratos e influência da mídia. Igualmente, a morbimortalidade do adolescente por causas externas como acidentes de trânsito, homicídio e suicídio e por doenças específicas. “Um ponto que chamou bastante a atenção foi o interesse pelo estado nutricional dos jovens, sendo uns dos temas mais referenciados nos últimos anos”, concluiu Fuentes-Rojas.